



«O NOSSO DEVER É OUVIR OS PRODUTORES E ENVOLVÊ-LOS NO PROCESSO DE DECISÃO»

Susana Pombo, que completa um ano à frente da Direcção Geral de Alimentação e Veterinária, fala da relação que a entidade mantém com o sector primário e as ferramentas que poderão estar disponíveis para responder às ambiciosas metas europeias e para combater as principais pragas e doenças que ameaçam o nosso território.

Explica ainda como se mantiveram as relações de comércio internacional no contexto pandémico e quais as grandes prioridades findo o período da Presidência Portuguesa no Conselho da União Europeia.

Ana Gomes Oliveira

Que desafios se enfrentam em matéria de fitossanidade na sequência das metas definidas pela Comissão Europeia no âmbito do Pacto Ecológico Europeu?

São de facto desafios muito importantes e expectáveis neste domínio da protecção fitossanitária das culturas, principal-

mente se tivermos em conta o plano de acção que é apresentado pela Comissão Europeia no contexto do Pacto Ecológico e em particular na Estratégia do Prado ao Prato. A Comissão apresentou um conjunto de indicadores que são muito ambiciosos para concretizar até 2030 e entre estes existem dois

que estão relacionados com os produtos fitofarmacêuticos: reduzir em 50% a utilização e o risco dos pesticidas químicos e reduzir em 50% a utilização dos produtos mais perigosos. Se aliarmos esta estratégia à redução drástica que já existe do número de substâncias activas existentes no mercado da União Europeia, perspectiva-se uma crescente redução da disponibilidade de produtos fitofarmacêuticos e, portanto, os mesmos deixam de estar disponíveis para muitas culturas, para muitas pragas e doenças, ou então estão disponíveis em número limitado. Isto vai impossibilitar a alternância de produtos com diferentes modos de acção e pode haver aqui um risco de surgimento de resistências. Perante este contexto, o entendimento da DGAV é que tem de se apostar na investigação e na inovação, tem de haver um maior empenho nas acções de prevenção (não só as que são realizadas pelas autoridades fitossanitárias, mas também pelos próprios produtores) e deve apostar-se em acções de formação e assistência técnica.

Perante estes desafios será preciso encontrar formas complementares e alternativas para a protecção das plantas. É neste contexto que consideram importante haver a regulamentação do uso de agentes de controlo biológico?

Sim, claro que sim. Quando falamos em agentes de controlo biológico, estamos a falar de organismos invertebrados, que já são usados há muito tempo na agricultura, nomeadamente na produção e na protecção integrada. Falamos de um conjunto de organismos que podem ser autóctones ou podem ser exóticos, mas que são muito importantes no combate a pragas. Mas, de facto, antes da sua produção e utilização, devem ser sujeitos a análise de risco para salvaguardar potenciais riscos para a biodiversidade e mesmo para as próprias culturas, porque estes agentes podem eles próprios ser transmissores de doenças ou transformarem-se numa praga. Por isso é muito importante que a utilização seja precedida de uma adequada análise de risco. A indústria internacional de produção destes organismos tem crescido nos últimos anos e há uma grande oferta que vem dando resposta à procura crescente destes agentes. Como referiu, podem vir a substituir ou a reduzir a necessidade de intervenção de luta química. Podem-se complementar. No entanto, é uma matéria não harmonizada a nível europeu e por isso mesmo, como as realidades entre os Estados-membros são muito distintas, a DGAV defende que todos os agricultores europeus devem poder fazer uso das mesmas ferramentas. É importante harmonizar as regras de abordagem e de análise de risco. Daí que este

tema tenha sido um dos mais emblemáticos da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Estamos muito satisfeitos com o acolhimento que este assunto mereceu.

Não deixa de haver outras formas complementares.

Sim. Podemos referir também os biopesticidas, que têm extratos de plantas e feromonas e que já representam cerca de 8% dos produtos fitofarmacêuticos autorizados em Portugal. Já temos 116 produtos autorizados. Isto demonstra que a indústria e a própria produção estão preocupadas em encontrar mecanismos adequados para contribuir para estes indicadores que foram desenhados no Pacto Ecológico de forma a conseguirmos continuar a produzir com segurança.

A utilização de controlo biológico permite ter ganhos de eficácia?

Sim. Porque reconhecemos que para muitas pragas exóticas o recurso à luta química não é a solução e esta utilização de controlo biológico permite-nos ter ganhos de eficácia no controlo e dispersão de muitas das pragas que entram no nosso território. A nível nacional, se estivermos a falar de espécies exóticas, a sua utilização está regulada por uma legislação nacional cuja competência cabe ao Instituto da Natureza e Florestas. As espécies autóctones não têm nenhum enquadramento legal. Enquanto entidade fitossanitária nacional, a DGAV já à data de hoje desenvolve planos de controlo oficiais para pragas de quarentena e outras com recurso a estes agentes de controlo biológico. Temos por exemplo a vespa das galhas do castanheiro e agora, mais recentemente, o con-



trola biológico da *Trioza erytreae*. Estes são dois dos planos que já estão implementados em Portugal e com resultados muito, muito satisfatórios.

Temos um sector primário apreensivo com a retirada de mais substâncias activas. Que mensagem se pode passar aos nossos agricultores face às mudanças que se avizinham para uma Europa “verde” e o que poderá ser determinante neste processo?

A retirada de mais substâncias activas do mercado europeu será incontornável. No entanto, reconhecemos que numa grande parte dos casos faz sentido essa retirada ou restringir o seu uso, porque existem avaliações técnicas e científicas que foram efectuadas face aos riscos ou noutras casos não existem estudos que comprovem a ausência de risco. Perante estes cenários é necessário tomar estas medidas. O sector tem de agregar soluções alternativas e complementares à luta química. Aprofundar o aconselhamento agrícola, como já tínhamos falado, e apostar na formação aos produtores. Parece-nos também, e penso que é relevante, que para algumas pragas

sejam definidas estratégias regionais, que não estejam limitadas à parcela. Porque cada vez mais, se definirmos protocolos de controlo fitossanitário que sejam mais abrangentes do que a própria parcela do agricultor, a luta torna-se mais eficiente e eficaz. As associações e organizações têm aqui um papel muito importante. Ou seja, as acções preventivas terão um papel fundamental. É preciso reforçar planos de prospecção fitossanitária e ter uma capacidade instalada para actuarmos com rapidez quando são detectados novos focos de doenças ou pragas, para impedir a sua dispersão e os consequentes danos económicos e ambientais que daí advêm.

Qual é a relação que a DGAV mantém com os produtores?

Procuramos sempre manter uma estreita relação com o sector primário e as suas organizações. Entendemos que o nosso dever é ouvir os produtores e envolvê-los no processo de decisão. Só assim é que a mesma pode ser considerada exequível, porque temos de compreender como é que as fileiras funcionam, como estão implementadas, desenhar procedimentos adequados. E porque, no final, todo o trabalho que a equipa da DGAV desenvolve visa a salvaguarda da segurança dos alimentos que todos consumimos, a salvaguarda da saúde e do bem-estar animal, e a protecção fitossanitária de todo o território. Para estes grandes domínios é fácil percebermos que nada podemos fazer com sucesso se não tivermos do lado da nossa equipa o sector primário. Os produtores são a nossa fonte. Não são pessoas que nos trazem problemas, muitas vezes trazem-nos parte da solução. É importante conhecermos as dificuldades para conseguir antecipar as situações antes que estas tomem proporções mais danosas.

Neste momento quais são as pragas e doenças mais preocupantes?

A DGAV elabora e coordena a execução de cerca de 60 programas de prospecção fitossanitária em todo o território nacional, precisamente para detectar precocemente pragas e doenças de quarentena, para que possamos tomar medidas fitossanitárias adequadas. Porém, temos algumas que já estão à data presentes no nosso território e que requerem a nossa especial atenção, como por exemplo o tão conhecido nemátodo da madeira do pinheiro, que está disperso praticamente por todo o País e que traz grandes restrições ao movimento da madeira, às embalagens de madeira, à casca de pinho. Temos a *Xylella fastidiosa*, com um impacto grande na Área Metropolitana do Porto, onde já foram registadas 43 diferentes espécies vegetais infectadas, como a oliveira, o sobreiro, o



« A DGAV elabora e coordena a execução de cerca de 60 programas de prospecção fitossanitária em todo o território nacional »»



Uma boa **Colheita do Dia** cresce no campo e floresce no mercado.

Máxima frescura e qualidade com o novo serviço de logística e transporte STEF dedicado às frutas e legumes.

Colheita DO DIA

do campo para o mercado

Os seus produtos são excelentes, merecem um parceiro logístico de excelência.

Entregas em menos de 24h com serviço flexível e personalizado

Descubra todas as soluções para o seu negócio em www.stef.pt

Contacte-nos através do e-mail stef_portugal_comercial@stef.com

STEF 

pessegueiro, o loureiro, o azevinho e muitas espécies espontâneas e ornamentais; temos depois a *Trioza erytreae*, que afecta essencialmente os citrinos, que é um produto com bastante peso no sector, e que já invadiu uma área muito significativa do território; outro exemplo, a flavescência dourada da videira, que afecta em particular a região do Minho mas que também já tem impacto no Douro... Enfim, são apenas algumas das doenças que podemos considerar as mais importantes e que merecem agora a nossa especial atenção. Mas são muitos os problemas fitossanitários e que exigem muito dos serviços oficiais, não só da DGAV, mas também das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e necessariamente dos próprios produtores.

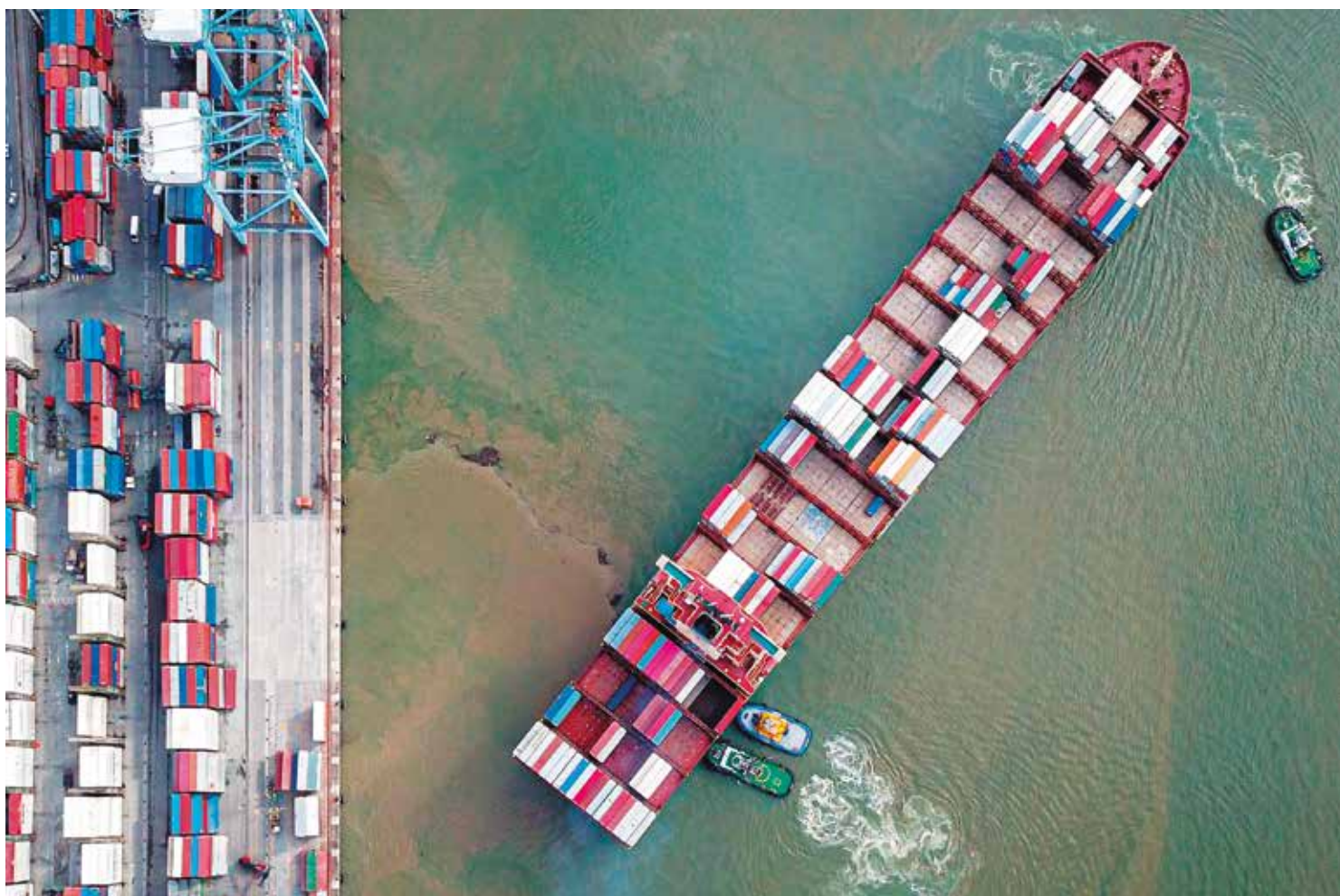
Em termos de comércio internacional, como tem decorrido a actividade neste contexto atípico de pandemia?

Continuamos a acompanhar com todo o cuidado os mercados internacionais. Demos prioridade à actividade de controlo sanitário e fitossanitário nas nossas fronteiras, bem como à certificação para exportação. Aliás, considerados serviços essenciais no âmbito da pandemia. Nunca parámos. No controlo à importação estivemos sempre activos e não houve constrangimentos de relevo; na certificação para exportação, alguns países terceiros, mas principalmente nos produtos de origem animal, impuseram medidas restritivas relacionadas

com a covid-19 e que exigiram um trabalho muito bem coordenado entre a DGAV e os operadores económicos, o que permitiu continuar a dar garantias de segurança sanitária dos nossos produtos. Mas na prática é um dossiê no qual continuamos a estar empenhados a 100% e, apesar de contexto de pandemia, mantemos contactos muito próximos com os parceiros internacionais, possibilitando a exportação de produtos nacionais.

Em relação à abertura de novos mercados para exportação, tem sido mais difícil?

Sim, é mais complicado. Temos por exemplo um dossiê que envolve o Brasil e que com a questão dos peritos que se deslocam ao nosso País terem de fazer quarentena coloca alguns entraves. Estamos sempre na busca contínua de soluções, como por exemplo, em vez de estarem cá uma semana, estão 48 horas, para que as questões da quarentena não sejam tão danosas. Começámos também a implementar ferramentas que há um ano eram impensáveis. Têm sido feitas videoinspecções aos nossos operadores por parte de países parceiros, nomeadamente a partir da China. Ou seja, continuamos a dar resposta porque nestes contextos internacionais é importante não perder a credibilidade e manter a confiança, daí ser importante manter este diálogo permanente.





Assumi o cargo como directora-geral da DGAV em Agosto de 2020. Prestes a completar um ano, e apañando um período atípico, que balanço é possível fazer e qual é a grande prioridade do momento?

Foi de facto um ano muito atípico, muito marcado pela pandemia, que trouxe muitos desafios. Um deles foi o de termos de adoptar, num curto espaço de tempo, novas metodologias de trabalho, de refazer procedimentos que não colocassem em causa a urgência das decisões que temos de tomar. É importante referirmos, tal como já mencionei, que muitas das funções que são exercidas diariamente foram prontamente reconhecidas como serviços essenciais. Isto permitiu-nos garantir sempre a segurança de toda



«A indústria e a produção estão preocupadas em encontrar mecanismos para contribuir para o Pacto Ecológico»

a cadeia agroalimentar, o que incluiu o tal controlo de fronteira e a certificação sanitária e fitossanitária destinada a mercados internacionais. Mas neste ano tão atípico é impossível não referirmos o grande envolvimento nos trabalhos da Presidência Portuguesa no Conselho da União Europeia, que nos tomou todo o primeiro semestre de 2021. A DGAV acompanhou e defendeu os interesses de Portugal. Foi um trabalho intenso, desafiante, mas posso dizer que também nos permitiu uma aprendizagem constante. É justo fazer um balanço muito positivo dos temas que foram identificados por nós como prioritários, dos quais destaco dois: a melhoria das condições do bem-estar dos animais no transporte; e a luta biológica. Dois temas em que conseguimos sempre a participação dos

27 Estados-membros e por isso estamos muito satisfeitos com os documentos finais que foram produzidos. Agora é tempo de regressar, de continuar a apostar nos muitos processos que a DGAV tem em curso e que estão muito direccionados para a reengenharia de procedimentos e para a necessária digitalização, alinhadíssimos com as iniciativas definidas na Agenda de Inovação conhecida como Terra Futura, nomeadamente numa iniciativa estratégica que nós coordenamos e que se designa de “Uma só saúde”. Esta é a prioridade do que temos em mãos. ●